

IMPLICAÇÕES SOCIAIS DE PRÁTICAS EMPRESARIAIS DITAS “SUSTENTÁVEIS”

MÁRCIA MARIA ANDRADE DE CARVALHO *

1. INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1970 percebeu-se que o desenvolvimento no modelo em vigor, como sinônimo de crescimento, ou seja, aumento de bens materiais, medido pelo o Produto Nacional Bruto (PNB), articulava apenas alguns beneficiários. O desenvolvimento baseava-se no crescimento da economia de mercado às custas da destruição de outras economias, como a economia dos processos naturais e a economia da sobrevivência humana. A partir de então, portanto, foi percebido como destruidor da estabilidade ecológica e das fontes de subsistência dos povos, embora tivesse prometido gerar abundância e eliminar a pobreza. No Terceiro Mundo, conforme Vandana Shiva (2003: 28-31), converteu-se em fonte de pobreza ao provocar a destruição dos meios de subsistência e dos sistemas de manutenção da vida.

Daí surgiram propostas para o desafio de conceber um desenvolvimento mais distributivo. A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Conferência sobre Trabalho, Distribuição de Renda e Progresso Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial foram instituições que tentaram conceber propostas de desenvolvimento que levassem em conta todos os aspectos da vida dos grupos humanos. Cerca de dez anos depois o desenvolvimento sustentável surge como proposta da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) como agenda global para mudança a ser apresentada na Assembléia Geral da ONU, em 1983.

A Comissão teria sido constituída com o objetivo de propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante. As principais áreas trabalhadas foram energia, indústria e segurança alimentar. A agenda foi publicada em forma de relatório, que ficou conhecido como **Relatório Brundtland**, apresentado à Assembléia Geral da ONU em 1987. De acordo com o relatório, acredita-se que os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e seguro. Ele vê a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. A esperança está condicionada a uma ação política decisiva. Afirma-se que é chegado o momento de tomar as decisões necessárias a fim de garantir os recursos para o sustento desta geração e das próximas.

A partir de então muitos projetos e programas de desenvolvimento sustentável têm sido implementados. Na Bahia, podemos citar, a título de exemplo, o **Projeto Áridas** (1994) e os **Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)** da Chapada Diamantina (1997), do Oeste da Bahia (1997) e do Sul da Bahia (1997). No caso analisado por Clóvis Caribé (2001),

relativo à região Oeste do Estado da Bahia, por exemplo, o ciclo de crescimento econômico não integrou a região, resultando em espaços onde os indicadores sociais são negativos, embora os indicadores econômicos sejam positivos. As propostas se apresentavam desvinculadas da história regional e as populações locais apresentavam resistência às implementações. Não se conseguiu melhorar as condições de vida das comunidades humanas, com melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Os investimentos públicos não obedeceram a uma lógica dos interesses gerais e visaram a lucratividades das grandes corporações.

As políticas públicas não incentivaram a geração de emprego e renda para todos. Segundo Caribé, a região, “*que teve parte de seu espaço produtivo reformulado a partir do início da década de 1980, contando com fartos recursos públicos e privados*”, mantém padrões de pobreza para a maioria da sua população. Na maior parte dos espaços há violência, prostituição infantil, drogas, ruas sem asfaltamento e com esgoto correndo a céu aberto: “*é impossível considerar sustentável tal região ou um subespaço desta região*”.

A noção de “sustentabilidade” tem múltiplos sentidos. Diz Henri Acselrad (1997: 192), permitindo sua associação a distintas representações e valores. A imprecisão deste conceito sugere não haver ainda uma hegemonia estabelecida entre os diferentes discursos. Ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, tal noção está submetida à lógica das práticas que se pretende realizar. O referido autor descreve alguns dos sentidos a ela aplicados: eficiência na utilização dos recursos do planeta, estabelecimento de limites quantitativos ao crescimento econômico (relacionando-se ao sentido de escala), equidade (no qual articula-se justiça e ecologia), auto-suficiência (segundo o qual as comunidades seriam sustentáveis por desenvolverem relações tradicionais com o meio físico natural de que depende sua sobrevivência) e, finalmente, ética na contenção racional dos desejos.

Essa multiplicidade de sentidos revela-se como uma parte das dificuldades de discutir e analisar o *desenvolvimento sustentável*. Torna-se imprescindível determinar um contexto social de abrangência, ou seja, o espaço e o tempo, e identificar agentes portadores do discurso, que produzem a crença na sustentabilidade das práticas, bem como os agentes que estão em posição de criticar tais práticas. Isto porque tal termo não tem atributos teóricos e práticos definidos, parecendo-se mais com a expressão de algo que se pretende realizar, algo que está sempre em projeto, do que com alguma prática objetivada. A outra parte relaciona-se à carga de ideologia e de valores que ele pode conter. No caso do desenvolvimento sustentável, é evidente que a ideologia do desenvolvimento, do progresso e do crescimento, de forma universal, bem como os valores das sociedades industrializadas, tem um peso preponderante, sendo imposta como um padrão com pretensão de validade global, o que nos leva a questionar se o termo “desenvolvimento sustentável” pode, em algum sentido, significar *mudança*.

Apesar das dificuldades, observa-se que a sustentabilidade tem sido bastante aludida em instâncias que compõem a sociedade contemporânea, tais como a

academia, a economia e o governo, tanto em nível nacional como internacional, como uma saída para os problemas do desenvolvimento e como promessa de satisfação das necessidades presentes, “*sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades*”, conforme consta no relatório **Nosso futuro comum**. No entanto, não se pode dizer que se tenha determinado os caminhos para a verificação dos efeitos sociais de práticas empresariais ditas sustentáveis, permanecendo sem resposta questões cruciais, como: como é possível discutir e analisar criticamente os resultados do “desenvolvimento sustentável” implantado em determinados espaços e tempos? de que maneira se pode considerar que práticas “sustentáveis” sejam reais, objetivadas, de maneira que seja possível seu estudo sistemático? seriam as técnicas produtivas que deveriam ser enfocadas por serem tidas como sustentáveis?

A dificuldade nesse campo refere-se ao fato de que uma técnica considerada sustentável por determinados agentes e em determinados contextos pode ser vista como insustentável por outros agentes ou em situações diversas. Seriam as afirmações, tomadas por intermédio dos discursos, que devem ser consideradas como demonstração de tomada de posições comprovadoras de que as práticas são sustentáveis?

Em função de tais dificuldades, propõe-se um estudo na perspectiva da crença na sustentabilidade das práticas como o cimento que possibilita a construção da sustentabilidade, ou seja, uma prática seria considerada sustentável se os agentes entendem-na como tal e acreditam na sua especificidade. Isso nos remete a pensar que os agentes necessitam estar envolvidos culturalmente para compartilharem um sentido para a sustentabilidade. Nesse processo de envolvimento cultural não se pode prescindir de práticas comunicativas. Dito de outro modo, é por intermédio da comunicação, mais especificamente do discurso, que a crença na sustentabilidade é proposta e reiterada aos agentes.

Conforme Norma Fairclough (2001: 25), muitas mudanças sociais não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem. Isso implica que o discurso tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela, em vez de o discurso ter uma relação passiva com a realidade, com a linguagem meramente se referindo aos objetos, explicando ou descrevendo os objetos. Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável não tem objeto, não há um desenvolvimento sustentável concreto observável que tenha sido a origem do termo. Pelo contrário, o termo existe para construir um significado, ou construir um objeto.

Este texto tem como objetivo trazer para o debate sobre a sustentabilidade do desenvolvimento uma contribuição acerca das implicações do discurso do desenvolvimento sustentável no contexto social regional. Trata-se, mais especificamente, de uma interpretação das implicações sociais da noção “sustentabilidade” e da expressão “desenvolvimento sustentável” utilizadas na região Extremo Sul do Estado da Bahia pela agroindústria de papel e celulose.

2. IMPLICAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS EMPRESARIAIS DITAS SUSTENTÁVEIS

Na região Extremo Sul baiana, a atividade de monocultura de eucalipto e a industrialização de celulose e papel expandiram-se desde o início da década de 1970 a partir das primeiras plantações de eucalipto, passando pelo licenciamento da primeira fábrica de celulose e papel da região, a Bahia Sul Celulose, em 1989, até a implantação de uma das mais modernas fábricas de celulose e papel do mundo, em 2005, a Veracel Celulose, em parceria com a Aracruz Celulose e a sueco-finlandesa Stora Enso, duas líderes internacionais no setor.

Nos relatórios anuais e nos sites institucionais, as empresas apresentam e defendem suas práticas produtivas como sustentáveis. No caso da Veracel Celulose, a empresa afirma que tem como compromisso *“respeitar o meio ambiente, gerar emprego e renda, promover a melhoria da qualidade de vida da população e dar retorno para os acionistas, seguindo os princípios da sustentabilidade”*. E revela pretender ser *“uma referência mundial em sustentabilidade e destacar-se como uma empresa ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável”*.

Nesse sentido, apresenta ao público o que considera sua “Agenda de Sustentabilidade”: a competitividade do negócio, as melhores práticas ambientais no manejo florestal e na produção de celulose, um forte compromisso social, um diálogo ativo com as partes interessadas e a geração de impactos econômicos positivos para a região. Segundo a empresa, a sustentabilidade *“diz respeito à busca constante da qualidade nos processos, com objetivos de gerar maior riqueza para todos os envolvidos no negócio, ano após ano, e sem prejuízos ao meio ambiente”*. No site da Aracruz Celulose também é possível a posição quanto ao desenvolvimento sustentável:

É um compromisso da Aracruz Celulose a contribuição ao desenvolvimento econômico e social em harmonia com a preservação ambiental, com base no conceito de desenvolvimento sustentável. (...) A Aracruz contribuirá para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do meio ambiente, com base no conceito do desenvolvimento sustentável e na valorização do papel da propriedade privada e dos processos de mercados livres e competitivos

A noção construída de “sustentabilidade da prática empresarial” tornou-se um capital simbólico que permite o acesso a outros tipos de capitais, como o capital econômico e o social, para aqueles que se apropriam do discurso. O capital simbólico não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital quando é valorizado e reconhecido enquanto poder ou capacidade (atual ou potencial). O capital simbólico é, portanto, uma verdadeira “força mágica” que exerce uma espécie de ação à distância, mesmo que sem contato físico (cf. Bourdieu, 1996: 170). O poder desse capital simbólico é evidente na imposição da lógica econômica do agronegócio sobre as demais lógicas e formas de viver, implicando, por exemplo, em facilidade de acesso a recursos financeiros, tanto que o agronegócio brasileiro recebeu, em 2003, 36 bilhões de reais em financiamento, enquanto a agricultura familiar somente seis bilhões.

No entanto, apesar do discurso e do poder simbólico que o mesmo confere a quem o utiliza, o que se percebe na região é um ambiente de conflito social em função de diversas outras implicações do modelo produtivo implantado, o que concorre para que os sujeitos e os grupos locais não percebam a “sustentabilidade” do agronegócio de celulose e papel da mesma forma que a empresa, o governo do Estado e a mídia nacional. Enquanto os agentes mencionados defendem a monocultura de eucalipto e a produção de celulose e papel como prática sustentável e valorizada no sistema social local, a mesma tem sido veementemente rejeitada e desvalorizada.

Em outros termos, enquanto a empresa defende suas práticas como sustentáveis e benéficas para o meio ambiente e a sociedade, as populações locais lutam para impedir sua expansão, configurando, dessa maneira, um conflito social entre populações tradicionais territorializadas e o agronegócio. A observação desse contexto de conflito durante o estudo do caso possibilitou perceber alguns processos considerados implicações sociais das práticas ditas sustentáveis pelas empresas, tais como a redução do espaço dos direitos políticos, o descompromisso com os padrões sociais vigentes, a destruição dos saberes tradicionais e de possibilidade de alternativas, a redução do poder do produtor, a redução da produção de alimentos e da biodiversidade e, por fim, a redução do espaço do trabalho.

2.1. A IMPOSIÇÃO DE UM MODELO DE SUSTENTABILIDADE E A REDUÇÃO DO ESPAÇO DOS DIREITOS POLÍTICOS

O conflito social que se desenrola no Extremo Sul da Bahia tem como uma de suas origens as deficiências no campo dos direitos sociais. Nos momentos de denúncia, quando os agentes das comunidades locais podem se manifestar – nos fóruns, passeatas, derrubada de plantações da empresa, seminários e encontros –, aponta-se a falta da possibilidade de participar e usufruir certos benefícios considerados essenciais pelos grupos locais. Mas é a redução do espaço de participação na tomada de decisão quanto a sua própria vida que mais preocupa, principalmente aqueles que percebem a gênese da questão, como os representantes das organizações da sociedade civil na região, a exemplo do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Extremo Sul (Cepedes), a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e o Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH).

A preocupação se explica na constatação de que a imposição de um modelo produtivo determinado (dito sustentável) é vista também como a imposição da destruição de outras formas de reprodução social, ou seja, implica na “redução de direitos políticos”, aqui entendidos como aqueles que facultam e delimitam o papel do cidadão na organização política da sua comunidade – os direitos de votar, ser eleito, organizar e participar de partidos políticos etc. De fato, tal direito limita-se a votar, uma vez que lhe é dificultada a eleição (posto que as campanhas são caríssimas) e a fiscalização dos que participam (por dificuldade de acesso à informação). O mesmo se dá com relação aos direitos sociais, isto é, aqueles vinculados ao acesso a um conjunto de bens e serviços considerados indispensáveis para a vida digna e para a convivência social

(direito à educação, à saúde, ao trabalho, a um salário decente, à proteção em situações de doença e velhice e assim por diante),

Conforme Reis e Schwartzman (2002), portanto, o modelo de desenvolvimento (sustentável ou não) da forma como é imposto, descomprometido com o modelo e com as práticas sociais e produtivas vigentes na região, reflete o reduzido espaço de participação popular na tomada de decisão em questões que interferem na orientação do seu próprio destino.

2.2. O DESCOMPROMISSO COM OS PADRÕES SOCIAIS VIGENTES

Outro aspecto da questão diz respeito à reduzida possibilidade de integração e participação dessa população local no processo de desenvolvimento imposto. Da forma como foi implementada na região, a monocultura de eucalipto e a produção de celulose e papel não possibilitaram a integração das populações locais no dito desenvolvimento. Já havia afirmado Roberto Carneiro (1994: 65) que

um processo de desenvolvimento permanente e continuado não pode ser esperado da simples instalação de um complexo industrial numa região economicamente atrasada. Um complexo só funcionará como verdadeiro pólo de desenvolvimento se encerrar um centro dinâmico capaz de gerar e transmitir inovações que estimulem a emergência de novas indústrias e novas seqüências de interdependência

Nesse sentido, para uma região “subdesenvolvida” seria muito importante a integração regional, ou seja, a ampliação do número de relações econômicas em termos de fatores de produção, informações, estradas, hidrovias etc., levando essas áreas a serem reciprocamente dependentes. A produção de celulose não é uma indústria tipicamente voltada para o consumo e, portanto, não é capaz de transformar as cidades de seu entorno em centros de beneficiamento, transformação e exportação de produtos regionais. Além disso, a integração intersetorial, que pode ser vertical (compras) ou horizontal (vendas), também é fraca nesse setor.

O agronegócio de celulose e papel no Extremo Sul da Bahia exporta atualmente 98% do que produz através do porto privado distante cerca de 1,5 km da fábrica do Espírito Santo. A produção segue para a América do Norte, Europa e Ásia. Portanto, não há integração horizontal, já que as vendas são realizadas para fora da região. Embora ocorra, a integração vertical (compras) não é significativa, pois a maior parte dos insumos (produtos químicos) são adquiridos de outras regiões, uma vez que também não são produzidos no Extremo Sul. O único insumo produzido na região é a própria celulose proveniente dos maciços arbóreo que são de propriedade da própria empresa.

2.3. A DESTRUIÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS E DAS POSSIBILIDADES DE ALTERNATIVAS

Por outro lado, o agronegócio tem implicado na desintegração de sistemas sociais na região. A expansão da monocultura de eucalipto pelo território implica na redução do espaço de subsistência e de vivência das populações territorializadas, o que resulta na eliminação dos sistemas locais de saber e na destruição das próprias condições de existência de alternativas. O desaparecimento do saber local acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. A ideologia do desenvolvimento, que parece ser universal e inerentemente superior às outras ideologias locais, acaba por destruir o conhecimento das populações regionais, num processo de desqualificação pelo qual estes saberes não são considerados como tais. A cultura dominante faz com que desapareçam, pois lhes nega o status de um saber sistemático, atribuindo-lhes os adjetivos de “primitivo”, “anticientífico” e “arcaico”. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso. O saber dominante destrói as próprias condições para a existência de alternativas, diz Vandana Shiva (2003: 21).

Antes da chegada do chamado “desenvolvimento”, o Extremo Sul da Bahia era habitado principalmente por índios descendentes dos Tupiniquim, Pataxó, Maxacali, Botocudo, Puri, Kamakã, além de remanescentes quilombolas, com formas de vida e reprodução muito próprias, conciliando atividades econômicas produtivas e preservação da diversidade da base material da região. Quem conta a história da região é o padre José Koopmans (1999: 82):

O que mais caracterizava este espaço e este tempo era a cultura da população. O somatório de aspectos como a forma de viver, as condições precárias de vida, a religiosidade simples, a convivência com a mata que os cercava, a beleza da fauna e da flora encontrada todos os dias, a abundância de terras, tudo isso resultara na cultura daqueles habitantes. (...) Tais circunstâncias teriam criado no povo um sentimento de solidariedade, de co-responsabilidade, de união, de confiança e de altruísmo. (...) As regras comerciais eram baseadas em confiança e sinceridade

Entretanto, para a cultura ocidental tal ambiente é considerado “atrasado”, “improdutivo” e “sem progresso”, devendo, portanto, a região “ser explorada”. O processo de destruição do conhecimento local no Extremo Sul baiano inicia-se na mesma época que o interesse pelas terras para a monocultura de eucalipto. Na inauguração da BR-101, em 1975, o governador do Estado afirma que teria *redescoberto* o Extremo Sul, até então “esquecido”, e que, a partir de então, a região teria o “progresso” e o “desenvolvimento” (cf. Koopmans, *ibidem*). Na atualidade, o discurso empresarial afirma que as comunidades indígenas “*não têm projetos de longo prazo que venham a possibilitar sua sobrevivência e aprimorar suas condições de vida de maneira sustentável*”. Desconsideram que o modo de vida daqueles povos é outro, e que traz possibilidades de sobrevivência, desde que mantidas as condições necessárias e suficientes, o que, no caso, significa a manutenção da floresta.

A empresa diz que financia, por intermédio de recursos financeiros, projetos de geração de renda para essas comunidades e bolsas de estudo para alunos indígenas que cursarem a faculdade, apóiam programas visando aumentar a

empregabilidade dos membros das comunidades indígenas e realizaram a doação de uma escola com área construída de 600 m², dispondo de salas de aula, biblioteca, refeitório, sanitários, salas administrativas, pátio interno e quadra poliesportiva. Os projetos de “educação ambiental” da empresa pretendem ensinar aos povos indígenas a lidar com a floresta. Desconsideram o fato de que, desde muito tempo antes da chegada do europeu na região, mais de três milhões de índios conviveram com a floresta sem destruí-la...

A expansão da monocultura de eucalipto implica no desaparecimento de alternativas. A preservação da diversidade de saberes e de culturas corresponde sobretudo à produção e manutenção de alternativas. Significa manter vivas formas alternativas de produção que possam ser viabilizadas por pequenos produtores em pequenos pedaços de terra e poucos recursos tecnológicos e financeiros. O desaparecimento do saber local, por meio de sua interação com o saber dominante, acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. Fazem o saber local desaparecer simplesmente não o vendo, negando sua existência, não o considerando como um saber. Com o desaparecimento do saber local, são apagados ou destruídos os espaços das alternativas locais. O saber dominante destrói as próprias condições para a existência de alternativas (Shiva, 2003: 23-25).

O acúmulo de grandes extensões de terras nas mãos de poucos proprietários, por sua vez, é também um fator que limita a possibilidade de variados usos e apropriações do território e reafirma o mecanismo de acumulação de riquezas e redução do espaço de alternativas. A Lei 4.771-65, que instituiu o **Código Florestal**, também determinou que o Conselho Monetário Nacional (CMN) concederia prioridade aos projetos de florestamento, reflorestamento ou aquisição de equipamentos mecânicos necessários aos serviços. No governo de Ernesto Geisel é publicado o Decreto Lei 1.376/74, que dispõe sobre a criação de Fundos de Investimentos Setoriais (Fiset) para os setores de turismo, pesca e reflorestamento. É interessante mencionar que os recursos financeiros eram liberados por hectare: mais hectare, mais dinheiro nas mãos dos proprietários da terra.

Tal fato nos instiga a questionar se a lógica das aquisições das terras, ainda baratas, no início da década de 1970, não teria sido apenas para ter acesso aos recursos financeiros. Isso não fica claro no âmbito desse trabalho. O que se sabe é que grandes extensões de terras foram compradas pela Flonibra, Bahia Sul Celulose, Aracruz e Veracruz Florestal. Dessa forma, foi decidido que o Extremo Sul da Bahia teria a “vocaçãõ” para plantação de eucalipto para produção de celulose e papel. Na atualidade, o processo de acumulação de terras pela Aracruz Celulose é possibilitado pela oferta de valores cada vez mais altos pela terra. Os pequenos produtores não dispõem de muitos recursos para adquirir mais terras ou mantê-las, de maneira que as empresas vão acumulando cada vez maiores pedaços do território, progressivamente transformado em plantação homogênea de árvores.

2.4. A REDUÇÃO DO PODER DO PRODUTOR

A Mata Atlântica, um ecossistema que realiza múltiplas funções (fornecer água e conservar o solo, prover as diversas comunidades com espécies que servem de alimento, abrigo e fertilizantes, como combustíveis, proporcionando ampla diversidade de meios de sobrevivência), e as pequenas lavouras foram transformando-se, cada vez mais, em espaços cercados, reservados à monocultura de eucalipto ou como área de preservação ambiental particular das empresas. Ao acabar com a diversidade de alternativa de sobrevivência para as populações locais, a expansão da monocultura produz, ao mesmo tempo, o controle centralizado da produção agrícola e a conseqüente perda do poder da sociedade na tomada de decisões.

Preservar a diversidade de alternativas significa preservar a independência para as sociedades. No caso das monoculturas de eucalipto, tornou-se comum a prática do fomento florestal que tem como resultado reduzir, cada vez mais, as alternativas de sobrevivência das populações locais. Tal prática se caracteriza pela utilização de terras de pequenos produtores rurais para plantação de eucalipto. Iniciou-se no Espírito Santo, Estado no qual as empresas foram proibidas de adquirir mais terras, tendo se expandido atualmente para a Bahia e Minas Gerais, onde as empresas oferecem mudas de eucalipto para que os pequenos proprietários plantem em suas propriedades, cuidando-as como proprietários, o que significa que trabalham sem nenhuma garantia trabalhista.

Suas terras acabam cercadas por eucalipto e contaminadas por defensivos agrícolas que escorrem para os córregos que atravessam os eucaliptais. Mesmo aqueles que desejam produzir alguma espécie alimentícia para sua subsistência terão dificuldade em produzir na proximidade do eucalipto por causa da seca e da poluição. Entretanto, o maior prejuízo para o pequeno proprietário de terra que ingressa no programa de fomento florestal é a perda da soberania sobre sua atividade: passa a depender de um único produto, de um mercado que desconhece e de um único comprador para sua produção.

2.5. A REDUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E DA BIODIVERSIDADE

O empobrecimento da região em termos da produção de alimentos e de biodiversidade é um outro aspecto que compõe o conflito social em questão. Na cultura dominante, quanto mais a diversidade é exterminada e substituída pela uniformidade das monoculturas, as safras e a produtividade parecem aumentar. Entretanto, do ponto de vista da diversidade, as monoculturas são fontes de escassez e pobreza, são sistemas empobrecidos: *“A monocultura é a destruição da diversidade legitimada pela ideologia do desenvolvimento”* (Shiva, 2003: 19). Para essa autora, a monocultura é pobre do ponto de vista da biodiversidade. No caso específico do eucalipto, são blocos homogêneos de uma única espécie de árvore da mesma idade. Pela escassez de água e alimentos, poucos animais conseguem sobreviver no eucaliptal. O sub-bosque é eliminado com herbicidas, plantio com espaçamento regular (que não deixa passar a luz solar) e corte em intervalos de tempo curtos, não permitindo o crescimento do sub-bosque. Essa interpretação é compartilhada pelos agentes que estão lutando para manter o espaço para o exercício de atividades produtivas relacionadas à produção de frutas e outros produtos alimentícios. O

Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, garante que o eucalipto não mata a fome, já que em suas áreas “não se planta nada”, pois precisam ser limpas.

Em relação à pobreza em termos de biodiversidade recorre-se a uma tese da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) sobre a diversidade microbiana de cinco tipos de amostras de terra do solo do Parque Estadual do Desengano, em Santa Maria Madalena. Esse estudo mostra que uma área com uma grande plantação de eucalipto apresenta cerca de 25% de redução de micróbios necessários à adubação da terra e ao desenvolvimento do solo, bem inferior aos outros tipos analisados. O empobrecimento da região é sentido pelas populações que extraíam tradicionalmente alimentos da Mata Atlântica e das pequenas propriedades rurais ali existentes, as quais estão, pouco a pouco, sendo ocupadas por maciços arbóreos de eucalipto. Segundo representantes do Cepedes, a região, que já foi “a maior produtora de frutas” do Estado, hoje precisa importar para atender à demanda da população.

2.6. A REDUÇÃO DO ESPAÇO DO TRABALHO

A busca empresarial pela competitividade na atualidade é caracterizada pela corrida para a redução dos tempos de produção e dos custos de produção, visando aumentar os fluxos e, conseqüentemente, os lucros, entre outros processos, principalmente em se tratando de grandes empresas que competem no mercado internacional, como é o caso do agronegócio em questão. Mas as tentativas de aumentar fluxos de mercadoria numa direção geram muitos tipos de escassez em produtos afins, diz Shiva (2003: 174). No caso analisado nesse trabalho, o aumento nos fluxos produtivos, conforme acima entendido, implica em escassezes relacionadas à especificidade da região.

Enquanto nos países ricos pode-se compreender os esforços para a redução de custos da mão-de-obra – que se tornou cara –, nos países pobres não é possível pensar da mesma forma. As necessidades não são as mesmas para países ricos e pobres, e a eficiência também não. Nos países ricos há escassez de mão-de-obra, o que justifica os gastos em pesquisa para desenvolver métodos de produção, máquinas e equipamentos que substituam esse insumo no processo produtivo. Já na região em estudo, onde o insumo mão-de-obra tornou-se abundante após a destruição de formas alternativas de subsistência, o modelo de desenvolvimento agrícola implantado, a monocultura, caracterizado pela reduzida necessidade de trabalho humano, tem como efeito destruir os meios de subsistência. O aumento da produtividade da monocultura – que significa apropriação cada vez maior das terras agricultáveis, aumento da mecanização e redução da necessidade de mão-de-obra – implica na redução do espaço do trabalho para as populações locais.

Portanto, a questão dos empregos deve ser analisada com muito cuidado. Não se deve tratá-la de forma tão simplista como faz a mídia e o governo do Estado, ao afirmar que a nova fábrica vai gerar dez mil empregos diretos e indiretos. A questão que não pode ser deixada de lado é: qual a extensão

territorial que será ocupada para gerar esses empregos? É preciso não deixar fora da análise o custo social e ambiental desses empregos. Cabe, pois, verificar: quanto de biodiversidade será consumido na geração desses empregos, quando matas e riachos forem transformados em monocultura? quanto de desemprego será gerado para produzir esses empregos, ou seja, quantos pequenos produtores e trabalhadores ficarão sem terras (por processos diversos) para o trabalho para que a indústria produza seus empregos?

De acordo com informações da empresa, as operações alcançam os Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com aproximadamente 247 mil hectares de plantio de eucalipto. Para essa extensão territorial ocupada a Aracruz encerrou o ano de 2003 com 9.827 empregados diretos, sendo 136 no porto (Portocel) e 7.546 terceiros permanentes. Na Bahia, a empresa informa possuir setenta mil hectares totalmente plantados com eucalipto, entremeados por uma área equivalente de reservas nativas. Ali, divulga-se que foram gerados 147 empregos. Tem-se, portanto, 140 mil hectares ocupados pela empresa, gerando 147 empregos, o que resulta em 804,6 hectares para gerar um emprego. Por outro lado, é preciso verificar se esse número de empregos será mantido ou gerado apenas na fase de construção da fábrica. Segundo cálculos do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do Espírito Santo, um hectare de café pode gerar até quinze empregos diretos, enquanto são necessários de trinta a quarenta hectares de eucalipto para empregar apenas um trabalhador.

Além das áreas plantadas, a Aracruz Celulose vem acumulando terras com o pretexto de que está contribuindo para o aumento das áreas de ecossistemas naturais protegidos. Com esse discurso, instituiu a prática de possuir *“mais de um hectare de reservas nativas para cada dois hectares de plantio de eucalipto”*. Atualmente, a empresa divulga já possuir aproximadamente 128 mil hectares para esse fim. Essa prática tende a manter a estrutura de concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e impede o processo de reforma agrária na região, uma vez que torna as terras escassas e muito caras, resultando na redução cada vez maior do espaço do trabalho.

2.7. A SUSTENTABILIDADE UNIDIMENSIONAL

Uma floresta possui numerosas espécies de árvores e arbustos de todas as idades, uma quantidade ainda maior de outras espécies vegetais, tanto no solo quanto nas próprias árvores e arbustos (samambaias, trepadeiras, parasitas etc.), bem como uma enorme variedade de espécies de fauna que ali encontram refúgio, alimento e possibilidade de reprodução. A espécie humana também faz parte da floresta, encontrando bens e serviços que garantem sua sobrevivência, como evidencia o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (cf. Carrere, 2003). A alta produtividade dos sistemas uniformes e homogêneos é uma categoria construída contextual e teoricamente, tendo como base levar em conta apenas o rendimento e a produção unidimensionais (cf. Shiva, 2003: 164).

A produtividade da monocultura em questão é medida pelo período de tempo para que possa ser feita a colheita, que, no caso, é de apenas sete anos para a produção de celulose, quando a árvore atinge 35 metros de altura, enquanto nos outros países leva-se onze anos. Nesse sentido, considera-se que o eucalipto da Aracruz tem o dobro da produtividade de espécies coníferas plantadas no Brasil e da maioria das árvores nativas (isso sem considerar a necessidade de insumos sob a forma de sementes, fertilizantes químicos, pesticidas, petróleo e irrigação intensiva). Embora se afirme que a produção de papel e celulose aí instalada seja o exemplo do “Brasil que dá certo” (cf. Lima, 2004), a região apresenta Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) insuficientes, conforme revelou um estudo do Ministério da Integração Nacional publicado em 1999. Conhecido como *Portal do Descobrimento*, o Extremo Sul da Bahia é o número 1 dos 13 “bolsões de miséria” existentes no Brasil. Talvez não por coincidência, no Sul brasileiro há outro bolsão de miséria, o número doze, onde também há monocultura de eucalipto nas proximidades.

A ocupação dos eucaliptais (e sua derrubada) por famílias do MST são sinais de que aquelas pessoas não entendem esta atividade empresarial como um marco do desenvolvimento da região, como defende o governo estadual e repete a mídia mais tradicional. O movimento social sinalizou que aquela atividade nada tem a ver com suas vidas. É dessa maneira que, para elas, tais terras não são produtivas.

3. CONCLUSÃO

Diante das implicações discutidas no corpo desse texto, em espaços territoriais onde se afirma o exercício de práticas “sustentáveis” ou a existência do “desenvolvimento sustentável”, observa-se a ocorrência de processos sociais indesejáveis, que parecem incompatíveis com o discurso. Verifica-se a falta de compromisso do “desenvolvimento sustentável” implantado em relação às populações tradicionais, na medida em que as mesmas não foram integradas e continuam em luta por um modelo mais justo de desenvolvimento. No caso estudado, tanto as práticas produtivas ditas “sustentáveis” como o discurso da sustentabilidade das práticas não conseguiram produzir efeitos sociais compatíveis com a retórica do desenvolvimento sustentável, a ponto de convencer que estaria em curso uma mudança no modelo de desenvolvimento vigente ou uma mudança qualquer em direção a uma sociedade mais justa.

Observou-se, também no campo social relacional estudado, que o discurso do desenvolvimento sustentável tem como único agente portador e defensor o agronegócio, mesmo sendo uma promessa de melhor articulação entre economia, meio ambiente e sociedade e, portanto, pareça ser de interesse universal. Os demais agentes locais em luta contra a expansão do agronegócio não mencionam tal noção. Eles falam e lutam pela agricultura familiar, pela agroecologia, pela preservação da biodiversidade da floresta e das culturas etc., o que nos leva a pensar que as atividades produtivas mais acusadas pela degradação das condições do meio ambiente e da sociedade são também as que se apropriam do discurso do desenvolvimento sustentável de forma mais constante.

No caso estudado, por não transparecer no contexto social em termos de resultados que possam ser apropriados de forma mais eqüitativa por todos os agentes interessados no território, a sustentabilidade das práticas empresariais não é vista na região como tal, seja pelo movimento social organizado, pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou por produtores e sindicalizados, entre outros. O modelo de prática imposta como sustentável interfere na condição de vida das populações que vivem nas proximidades das monoculturas de eucalipto do Extremo Sul da Bahia, de diversas formas, produzindo prejuízo das formas tradicionais de vida e sobrevivência.

Dessa maneira, entre os agentes locais não foi construída a crença na sustentabilidade das práticas empresariais, daí porque o discurso do desenvolvimento sustentável e das práticas sustentáveis não é utilizado, como demonstração de que não se acredita na capacidade desse modo produtivo de realizar benefícios sociais coletivos. As denúncias feitas por produtores locais, comunidades tradicionais e ONGs, nos encontros, seminários, fóruns e passeatas, contra a expansão das práticas produtivas do agronegócio de papel e celulose dizem respeito à redução de postos de trabalho, por força da ocupação de grandes extensões de terra para a produção de apenas uma espécie de árvore, que não requer a utilização de muitas pessoas para seu desenvolvimento, não produz alimento, resseca os rios e polui a terra e o ar.

O dito desenvolvimento imposto como prática sustentável, representado pelo agronegócio de produção de celulose e papel, não chega a ser percebido como tal pelos demais agentes em disputa por formas de vida e produção sob o território. O suposto desenvolvimento econômico da região, veementemente defendido pela mídia e por representantes do governo do Estado, comprovado através da participação percentual da atividade no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e medido pela produtividade da monocultura e da produção de papel e celulose, não foi eficiente para fazer com que todas as pessoas que vivem nas proximidades fossem integradas ao mesmo ciclo de prosperidade que atingiu as empresas que compõem o agronegócio de papel e celulose na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acseirad, Henri. "Sustentabilidade e território nas Ciências Sociais". **Anais do VIIº Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur)**. Vol. 3. Recife, Anpur, 1997.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec)/Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). **Projeto Áridas: Projeto de políticas de desenvolvimento sustentável no Nordeste Semi-Árido**. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1994.
- _____. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) – Chapada Diamantina**. Salvador, Seplantec/CAR, 1997
- _____. **PDRS– Oeste da Bahia**. Salvador, Seplantec/CAR, 1997
- _____. **PDRS – Sul da Bahia**. Salvador, Seplantec/CAR, 1997

- Bourdieu, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas, Papyrus, 1996.
- Caribé, Clovis. "A (in)sustentabilidade da região: o novo paradigma do desenvolvimento regional". **Cadernos do CEAS**, 192: 27-52. Salvador, CEAS, mar.-abr, 2001.
- Carneiro, Roberto Antônio Fortuna. **Impactos da indústria de papel e celulose sobre o Extremo Sul: principais vetores de crescimento**. Salvador, Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE), 1994.
- Carrere, Ricardo (coord.). **As plantações não são florestas**. Montevideu, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2003.
- Fairclough, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. de Izabel Magalhães. Brasília, Editora da Universidade de Brasília (UnB), 2001.
- Koopmans, José. **Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul**. Teixeira de Freitas, Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH)/Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Cepedes), 1999.
- Lima, João Gabriel de. "O MST ataca o Brasil que dá certo". **Veja**, São Paulo, 2 de junho de 2004, p. 44-45.
- Reis, Elisa Maria Pereira e Schwartzman Simon. **Pobreza e exclusão social: aspectos sócio políticos**. Rio de Janeiro, 2002.
- Shiva, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Trad. de Dinah Azevedo. São Paulo, Gaia, 2003.

* *Márcia Maria Andrade de Carvalho é mestre em Planejamento Regional (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ), doutoranda em Planejamento Regional (UFRJ) e professora da Universidade Católica do Salvador (UCSal). [andrademarcia1@bol.com.br]*